Enzo Hubner Moura de Andrade

De origine potestatis

Vitória/ES
2026

Enzo Hubner Moura de Andrade

De origine potestatis

Texto elaborado para organização, sistematização e consolidação de conteúdos estudados.

Vitória/ES
2026

Sumário

1 Introdução 3
2 Desenvolvimento 3
3 Considerações Finais 5
Referências 6

1 Introdução

Todas as coisas são ordenadas com algum fim e, para isso, é necessário que haja alguém que as conduza para isso. No caso do homem, não há diferenças: como criatura, utiliza-se da imagem e semelhança de Deus, ou seja, do intelecto, para se dirigir a um fim e, por isso, precisa de um dirigente.

> E, se conviesse ao homem viver separadamente, como muitos animais, não precisaria de quem o dirigisse para o fim, senão que cada qual seria rei para si mesmo sob o supremo rei.[1]
>
> — São Tomás de Aquino, *De regno, ad regem Cypri*

Tal como São Tomás cita em sua passagem, é possível que o homem seja seu próprio condutor, tal como vemos os cada vez mais raros anacoretas que tanto são citados nos fabulosos romances medievais[2]. Entretanto, é natural para todos a compreensão de que o homem tem poucos artifícios naturais de proteção, sem pelagem robusta, sem garras. Logo, é natural para o homem viver em muitos e, por sua predisposição intelectual, que haja uma estruturação dessa convivência. Diz Salomão em Eclesiastes (4,9): "Melhor é ser dois juntos que um, por terem proveito de mútua sociedade".

Dessa maneira, tendo sido provado que é natural a existência de uma sociedade e que é natural que exista um dirigente, eis a questão: quem deve conduzir?

A existência de um governo se deve, como já foi estabelecido, à necessidade de dirigir a sociedade, ou seja, a comunhão de indivíduos, para seu fim último. Portanto, o Estado só é útil quando age em prol do *bem comum*, ou seja, da virtude e da felicidade verdadeira dos cidadãos.

2 Desenvolvimento

> Pois não há razão pela qual a Igreja não aprove que o poder supremo seja exercido por um homem ou por mais, contanto que seja justo e que tenda ao bem comum.
>
> — Papa Leão XIII, *Diuturnum*

Na própria Encíclica *Diuturnum*, o Papa Leão XIII diz que a Igreja aceita a escolha popular de um governante. Isso não fere os limites do poder que emana de Deus, que só são contrariados a partir do momento em que esse governante vai contra as leis de Deus. Portanto, a partir daqui, a discussão não é mais qual sistema é certo ou errado, mas sim qual é mais eficiente e como montar um modelo em que riscos são mitigados. Assim, Aristóteles definia os modos de governo em 3 e suas respectivas degenerações.

---

[1] São Tomás de Aquino. *De regno, ad regem Cypri*, 1265, p. 126.

[2] Recomendação de *Ivanhoe*, de Walter Scott, fundador do romance histórico. O romance inclui figuras como Robin Hood e Ricardo, Coração de Leão.

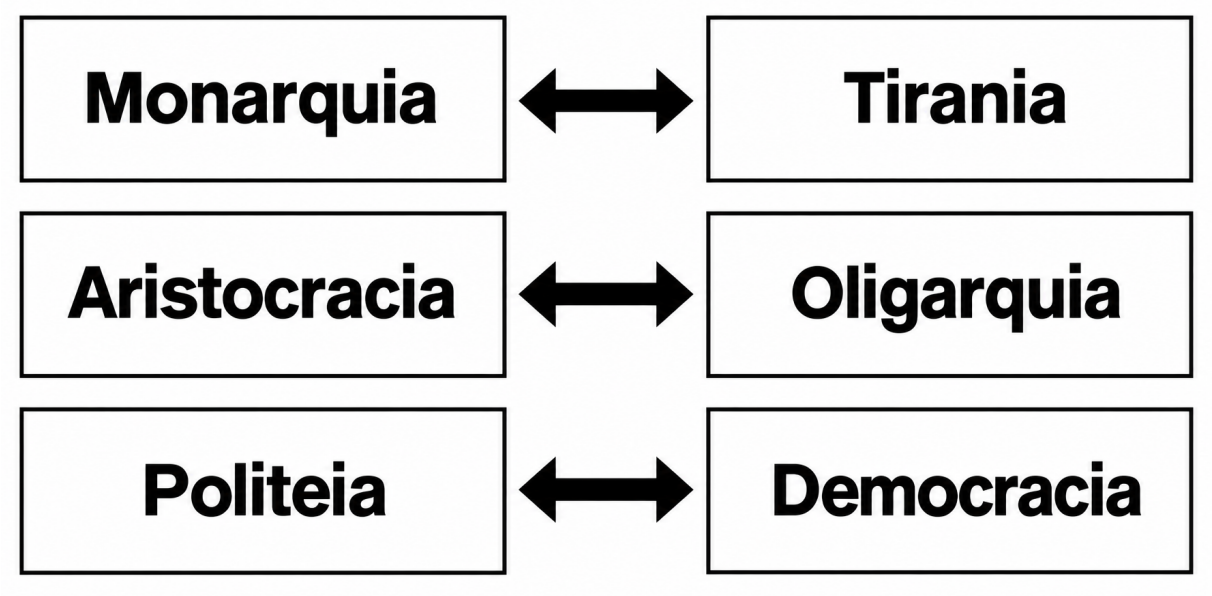


Figura 1 – Classificação das formas de governo de Aristóteles

Se a administração — *Potestas* — está sob o controle da multidão, toma o nome de *politia*[3], e sua degeneração, quando é favorecido o que agrada à multidão frente à justiça e ao *bem comum*, chama-se Democracia/Demagogia[4]. Quando a administração é por poucos, mas virtuosos, os *optimates*, é uma aristocracia, que se degenera para uma Oligarquia. Quando administrada por um, é uma monarquia, e sua degeneração é a tirania.

É natural que o sistema ótimo seja aquele que se assemelhe ao Criador, o qual é único e soberano, portanto, monárquico. A virtude unida se concretiza de forma mais eficiente do que a partilhada, o que torna a condução ao *bem comum* menos burocrática. O sistema monárquico permite eficiência às decisões de governo, já que o poder e a virtude estão concentrados na unidade. O oposto se impõe na democracia, que é mais comum para nós, que visualizamos a restrição na realização de boas tomadas de decisões.

> Se, pois, ao ótimo se opõe ao péssimo, força é que a tirania seja o pior
>
> — São Tomás de Aquino, *De regno, ad regem Cypri*

Assim, também é evidente para todos que a tirania é o pior dos sistemas, porque, proporcionalmente à sua eficiência ao bem, é eficiente ao mal. Da mesma maneira, a democracia é o menos pior dos sistemas degenerados, já que é pouco eficiente na prática e, quando feito o mal, ainda é feito a um número maior de pessoas. Mas é válido compreender a predisposição a falhas do sistema. Perceba que, para um sistema se tornar ineficiente, ou seja, não buscar o *bem comum*, não é necessário que todo o sistema se corrompa, mas

[3] Vem de *politeia*: constituição.

[4] Nesse caso, a democracia não tem o mesmo significado de quando comentamos hoje em dia. Atualmente, democracia seria a politeia, e demagogia, o degenerado.

apenas que um único se corrompa para causar atrito, que torna o sistema ineficiente por princípio, já que a discórdia é oposta ao *bem comum*.

Considere que a probabilidade fictícia de uma pessoa se corromper é de 50%. Portanto, a chance de uma monarquia se tornar ineficiente é de 50%, já que o poder é uno. Agora, considere um governo de 5 pessoas: a probabilidade de que ao menos um se corrompa se torna 96,875%, probabilidade que aumenta progressivamente com o aumento do número de pessoas. É nítido que a democracia é pouco eficiente ao bem, tal como ao mal; já a monarquia é eficiente em ambos. Então, parece surgir a necessidade de um governo misto, em que tenhamos a atuação prática de um monarca, de uma aristocracia e de um povo. No contexto atual, entendemos como democracia o simples fato de ter direito ao voto, mas, evidentemente, não é isso: *demos* + *kratia* significa o poder que emana do povo. Então, não é questão de quem pode ou não expressar a opinião, mas de quem o poder de fato emana.

Tomás de Aquino cita que uma cidade administrada por governos anuais vale mais do que um rei que tenha três ou quatro cidades. Isso porque é necessário que haja a atuação popular no governo, mesmo que o poder não emane do povo, porque a política se faz para o *bem comum*, então se faz para o povo e, portanto, é imprescindível que o mesmo compreenda e tenha suas obrigações em meio ao cenário político, desde que essas obrigações não sejam tão grandes a ponto de possibilitar a desestabilização nacional. Parece-me justo que a monarquia, sendo a mais eficiente sem poderes absolutos, somada a um povo que decide e vota pelas leis que o afetam, além de um grupo de pessoas virtuosas/sábias — *optimates* — para arbitrar esse sistema, construa um modelo de Estado não só eficiente, mas que tenha participação popular e que assegure proteção contra uma possível tirania.

3 Considerações Finais

Assim, deu-se a construção do modelo do Império do Brasil, que muito se assemelha a essa ideia, mas sobre cujo funcionamento dissertarei em outro artigo, tal como sobre outros fatores, como a laicidade do Estado. A proposta deste era simplesmente mostrar para que ter um Estado e que todas as formas de governo são aceitas, inclusive pela Santa Igreja, desde que atuem pelo *bem comum* e não firam as ideias de Nosso Senhor Jesus Cristo, de quem o poder de fato emana.

> A razão demonstra, e a história confirma, que quanto mais elevada a moralidade dos Estados; maiores são a liberdade, a riqueza e o poder que desfrutam.
>
> — Papa Leão XIII, *Libertas Praestantissimum*

Referências

AQUINO, São Tomás de. *De regno, ad regem Cypri*. 1265. p. 126.

ARISTÓTELES. *Política*.

BÍBLIA. *Eclesiastes*, 4,9.

LEÃO XIII, Papa. *Diuturnum*. 1881.

LEÃO XIII, Papa. *Libertas Praestantissimum*. 1888.

SCOTT, Walter. *Ivanhoe*.